

**Ofício nº 149/2.023**

Iturama-MG, 21 de novembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor,  
**Vereador Deleon Martins de Almeida**  
Presidente da Câmara Municipal  
ITURAMA-MG.

Prezado Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para lhe encaminhar o incluso **Projeto de Lei nº 77/2.023** que **“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE MANEJO ÉTICO POPULACIONAL ANIMAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”** Requerendo, desde já, a sua aprovação em regime de urgência.

Sem mais para o momento, aproveito esta oportunidade para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**CLAUDIO TOMAZ DE FREITAS**  
*Prefeito do Município de Iturama/MG.*

CÂMARA MUNICIPAL ITURAMA MG  
22/NOV/2023 12:55 000797

**Senhor Presidente,**

**Senhoras Vereadoras,**

**Senhores Vereadores,**

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação por Vossas Senhorias, o Projeto de Lei nº 77/2.023, que **DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE MANEJO ÉTICO POPULACIONAL ANIMAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

O Município de Iturama/MG firmou junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais Termo de Compromisso Positivo versando sobre políticas públicas destinadas ao controle populacional ético e humanitário de cães e gatos em área urbana.

Dentre as obrigações consta a de encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei versando sobre o assunto, com base na Lei Federal nº. 13.426/2017 e na Lei Estadual nº 21.970/2016, bem como dar ciência de todos os atos do processo legislativo que dizem respeito à tramitação do projeto, conforme “I – DAS CLÁUSULAS ESPECÍFICAS”.

Assim, o projeto em debate fora elaborado tendo por base as leis federal e estadual acima citada.

Importa ainda destacar que cães e gatos são animais dotados de sistema neurossensitivo, tornando-os seres sensíveis a estímulos externos e ambientais e, portanto, potenciais vítimas em casos de crueldade, sofrimento, agressão, atentado à vida, à saúde ou a integridade física e mental. São seres dependentes do homem, a quem incumbe a tarefa de tutelá-los e protegê-los.

Desta forma, o controle populacional das espécies, a garantia à vida, a assistência, a isenção de sofrimento ou abandono obrigações atribuídas aos entes públicos e à sociedade. É necessário inibir práticas de maus tratos e violência, mediante a justa punição do agente criminoso.

Assim, visando atualizar a legislação municipal às leis federal e estadual que regem o tema, bem como dando cumprimento aos termos de compromisso positivo firmado junto ao Ministério Público, conto com a colaboração desta Casa Legislativa para a aprovação do presente Projeto de Lei, e aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



**CLAUDIO TOMAZ DE FREITAS**  
*Prefeito do Município de Iturama/MG.*



**“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE  
MANEJO ÉTICO POPULACIONAL  
ANIMAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.”.**

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais previstas no Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

**CAPÍTULO I  
DO REGISTRO E CADASTRAMENTO DE ANIMAIS**

**Art. 1º** É livre a criação, guarda e transporte de cães e gatos de qualquer raça ou sem raça definida no Município de Iturama/MG, desde que obedecida à legislação municipal, estadual e federal vigente.

**Art. 2º** O Poder Executivo Municipal promoverá ações para criação do serviço de registro dos cães e gatos residentes na área urbana do Município de Iturama/MG, por intermédio do departamento relacionado ao controle de zoonoses, devendo promover campanhas de conscientização da população para subsidiar as informações necessárias.

**§ 1º** Os tutores de animais residentes no Município de Iturama/MG deverão providenciar o registro de seus animais no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de publicação da presente lei.

**§ 2º** Os agentes de controle de endemias e zoonoses, durante as visitas de rotina às residências, realizarão levantamento da quantidade de animais presentes no local e, na presença de animais sem registro no domicílio, deverão solicitar ao tutor o preenchimento de Termo de Declaração de Ciência da obrigatoriedade do registro de seus animais e para que este, no prazo máximo de 30 dias, procure ao departamento responsável para providenciar o registro de seu(s) animal (is).

**§ 3º** Após o nascimento, os cães e gatos deverão ser registrados entre o terceiro e sexto mês de idade, sendo tal incumbência do guardião, que deverá solicitar junto ao departamento responsável.

**Art. 3º** Para o registro de cães e gatos serão necessários os seguintes documentos, fornecidos exclusivamente pelo departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses:

a) formulário timbrado para registro (em três vias), onde se fará constar, no mínimo, os seguintes campos:

- Número do Registro Geral do Animal (RGA);



- Data do registro;
- Nome do animal, sexo, raça, cor, idade real ou presumida;
- Definição de registro do animal como reprodutor ou não;
- Nome do tutor, número da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), endereço completo e telefone;
- Data da aplicação da última vacinação obrigatória, nome do veterinário responsável pela vacinação e respectivo Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV);
- Assinatura do tutor;

**Art. 4º** A Carteira do RGA deverá ficar de posse do tutor do animal, e cada animal residente no Município de Iturama/MG deve possuir um único número de RGA.

**Art. 5º** Duas das vias do formulário timbrado destinado ao registro do animal deverão ficar arquivadas junto ao departamento responsável pelo controle de zoonoses e a terceira via, com o tutor.

**Art. 6º** Para proceder ao registro, o tutor deverá levar seu animal ao departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses, apresentando a carteira ou o comprovante de vacinação devidamente atualizado.

**Parágrafo único.** Se o tutor não possuir comprovante de vacinação antirrábica do animal, a vacina deverá ser providenciada no ato do registro ou conforme a necessidade, de acordo com a avaliação do médico veterinário do departamento de zoonoses ou particular responsável pelo animal, considerando o quadro epidemiológico do município.

**Art. 7º** Quando houver transferência da guarda de um animal, o novo tutor deverá comparecer ao departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses ou a um estabelecimento veterinário credenciado para proceder a atualização de todos os dados cadastrais.

**Parágrafo único.** Enquanto não for realizada a atualização do cadastro a que se refere o *caput* deste artigo, o tutor anterior permanecerá como responsável pelo animal.

**Art. 8º** No caso de perda ou extravio da carteira de RGA, o responsável pelo animal deverá solicitar diretamente ao departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses a respectiva segunda via.

**Parágrafo único.** O pedido de segunda via será feito em formulário padrão desse departamento e uma via deverá ficar de posse do tutor do animal, servindo como documento de identificação pelo prazo de 60 (sessenta) dias até a emissão da segunda via da carteira.





**Art. 9º** Em caso de óbito de animal registrado cabe ao tutor ou ao veterinário responsável pelo atendimento do animal, comunicar o ocorrido ao departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses para a devida atualização cadastral, além de investigação epidemiológica, se houver suspeição de óbito por alguma zoonose de risco à saúde humana.

## **CAPÍTULO II** **DO CONTROLE POPULACIONAL**

**Art. 10.** O controle populacional e de zoonoses de caninos e felinos, no Município de Iturama/MG, será considerado função de saúde pública, que deverá abranger a esterilização cirúrgica, programa de educação ambiental ou outras medidas cabíveis.

**§1º** Os parceiros licenciados e credenciados deverão afixar em local visível ao público a tabela de preços de que trata o caput deste artigo.

**§ 2º** Os munícipes que se enquadrarem na situação de isenção de pagamento ficarão isentos dos preços de esterilização cirúrgica e outras medidas cabíveis.

**§ 3º** As entidades de proteção aos animais, devidamente cadastradas e credenciadas, terão direito a encaminhar os animais destinados à adoção para serem esterilizados no órgão responsável pela zoonose, respeitada a capacidade de atendimento daquele setor.

**§ 4º** As castrações serão realizadas nas dependências das clínicas, hospitais e consultórios veterinários cadastrados ou em locais apropriados pertencentes à Prefeitura Municipal de Iturama/MG, ou outro local autorizado pelo Poder Executivo, e contará, preferencialmente, com mão de obra especializada dos médicos veterinários que se inscreverem.

**§ 5º** A Administração Municipal manterá convênios/parcerias com clínicas, hospitais e consultórios veterinários para castração de cães e gatos, machos e fêmeas.

**Art. 11.** A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter programa de educação ambiental que preveja a distribuição de material à população, contendo:

- I - instruções sobre a propriedade responsável de cães e gatos;
- II - informações sobre a importância da vacinação e vermifugação;
- III - dados e informações relativas às zoonoses;
- IV - noções de cuidados com os animais feridos;
- V - informações sobre os problemas gerados pelo excesso de população de animais domésticos e necessidades de controle populacional desses animais;
- VI - informações sobre mitos que envolvem a esterilização e cuidados pós-operatórios;



VII - outras informações e medidas educativas que a área técnica julgue importantes.

**Art. 12.** No dia e horário marcados para castração, a clínica, hospital ou consultório veterinário fará uma prévia avaliação das condições físicas do animal inscrito, a fim de concluir se o mesmo está em condições de ser castrado.

**§1º** Verificando algum impedimento para castração, o médico veterinário responsável pela avaliação deverá esclarecer suas conclusões e as condições do animal para seu proprietário.

**§ 2º** O médico responsável pela cirurgia de esterilização deverá fornecer ao proprietário instruções padronizadas sobre o pós-operatório e, se entender necessário, em receituário próprio, as alterações que achar convenientes, marcando data para avaliações ou outros procedimentos que julgar necessários.

**Art. 13.** As clínicas, hospitais e consultórios veterinários participantes da campanha deverão orientar os proprietários dos animais sobre a propriedade responsável, bem como repassar a eles e à população da região respectiva, sempre que possível, o material informativo/educativo elaborado sob a supervisão do departamento municipal de zoonoses.

### **CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 14.** Todo animal, ao ser conduzido em vias e logradouros públicos, deve obrigatoriamente usar coleira e guia adequado ao seu tamanho e porte.

**Art. 15.** O condutor de um animal fica obrigado a recolher os dejetos fecais eliminados pelo mesmo em vias e logradouros públicos.

**Art. 16.** É de responsabilidade dos tutores a manutenção de cães e gatos em condições adequadas de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar, bem como a destinação adequada dos dejetos.

**§ 1º** Os animais devem ser alojados em locais onde fiquem impedidos de fugirem e agredirem terceiros ou outros animais.

**§ 2º** Os tutores de animais deverão mantê-los afastados de medidores de luz e água e caixas de correspondência, a fim de que funcionários das respectivas empresas prestadoras desses serviços possam ter acesso sem sofrer ameaça ou agressão real por parte dos animais.

**§ 3º** Em qualquer imóvel onde permanecer animal bravo, deverá ser afixado placa comunicando o fato, com tamanho compatível à leitura à distância, e em local visível ao público.





**Art. 17.** Todo tutor que cria cães e gatos com finalidade comercial (para venda ou aluguel de animais) caracteriza a existência de um criadouro, independente do total de animais existentes, além de submeter seu comércio a todas as outras exigências impostas por normas legais municipais, estaduais e federais.

**Art. 18.** É proibida a permanência de animais soltos, bem como toda e qualquer prática de adestramento com o animal solto, em vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

§ 1º O adestramento de cães deve ser realizado com a devida contenção e somente por adestradores portadores de diploma de curso de adestramento e/ou cadastro em clube cinófilo como adestrador.

§ 2º Se a prática de adestramento fizer parte de alguma exibição cultural e/ou educativa, o evento deverá contar com prévia autorização do departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses, excluindo-se dessa obrigatoriedade, organizações militares.

§ 3º Ao solicitar a autorização de que trata o parágrafo anterior, o responsável pelo evento, pessoa física ou jurídica, deverá comprovar as condições de segurança para os frequentadores do local, condições de segurança e bem-estar para os animais, e apresentar documento com prévia anuência do órgão ou pessoa jurídica responsável pela área escolhida para a apresentação.

**Art. 19.** É proibido abandonar animais em qualquer via pública ou privada.

**Art. 20.** O proprietário fica obrigado a permitir o acesso de agente fiscalizador, quando no exercício de suas funções, às dependências da residência ou alojamento do animal, sempre que necessário, bem como a acatar as determinações dele emanadas.

**Parágrafo único.** Quando o agente fiscalizador verificar a prática de maus-tratos ou outra irregularidade legal deverá adotar as seguintes providências:

I - Orientar e notificar o proprietário do animal ou preposto a sanar a irregularidade, de imediato ou em prazo de até 10 (dez) dias, conforme a gravidade da falta ou irregularidade verificada, a critério do agente fiscalizador;

II - Decorrido o prazo estabelecido, caso a irregularidade não tenha sido sanada, o agente fiscalizador poderá determinar o recolhimento do animal com apoio policial, para lavratura da ocorrência, encaminhando a algum voluntário para adoção ou abrigo temporário.

III - noticiar o fato ao Ministério Público.

**Art. 21.** São considerados maus-tratos contra cães e/ou gatos:



- a) submetê-los a qualquer prática que cause lesão ou morte;
- b) mantê-los sem abrigo, em lugares impróprios ou que lhes impeçam movimentação e/ou descanso, ou ainda onde fiquem privados de ar ou luz solar, bem como alimentação adequada e água;
- c) obrigá-los a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças, ou castiga-los, ainda que para aprendizagem e/ou adestramento;
- d) lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;
- e) abatê-los para consumo;
- f) sacrificá-los com métodos não humanitários;
- g) soltá-los ou abandoná-los em vias ou logradouros públicos.

**Art. 22.** Em caso de morte do animal sob posse do proprietário ou responsável, cabe a este à disposição adequada do cadáver, de forma a não oferecer incômodo ou risco a saúde pública.

§ 1º Na impossibilidade do cumprimento do disposto no caput deste artigo, a Prefeitura Municipal de Iturama/MG, através de seus órgãos competentes, promoverá a remoção e o destino adequado dos cadáveres de animais.

§ 2º Eventuais despesas para atender ao disposto no caput deste artigo são de responsabilidade do proprietário ou responsável pelo animal.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA APREENSÃO E DESTINAÇÃO DE ANIMAIS**

**Art. 23.** Fica o departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses autorizado a proceder à destinação dos animais recolhidos apreendidos e não resgatados para o local indicado pelo Poder Executivo Municipal, para acolhimento transitório e adoção.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo local poderá estabelecer parcerias com associações e entidades privadas, sem fins lucrativos, com o propósito de destinar um local adequado para o recolhimento e cuidados temporários ao animal.

**Art. 24.** Poderá ser apreendido todos e qualquer cão ou gato encontrado solto em vias e logradouros públicos.

§ 1º Se um cão apreendido estiver devidamente registrado e for possível sua identificação, conforme o previsto na presente lei, o tutor será comunicado ou notificado para retirá-lo no prazo de dez dias, incluindo-se o dia do recolhimento.

§ 2º Cães não identificados deverão ser mantidos no departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses pelo prazo de três dias, incluindo-se o do recolhimento.





§ 3º Todos os animais apreendidos deverão ser mantidos em recintos higienizados, com proteção contra intempéries naturais, alimentação adequada e separados por sexo, espécie e comportamento.

§ 4º A destinação dos animais resgatados deverá obedecer às seguintes prioridades:

I – Encaminhamento ao local de acolhimento transitório e adoção ou às entidades protetoras de animais devidamente cadastradas junto ao departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses;

§ 5º No caso de animais portadores de doenças e/ou ferimentos considerados graves, e/ou clinicamente comprometidos, caberá ao médico veterinário do departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses, após avaliação e emissão de parecer técnico, decidir o seu destino.

**Art. 25.** Quando um animal não identificado for reclamado por um suposto tutor, o departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses exigirá a apresentação do RGA visando à comprovação da posse da guarda.

**Parágrafo único.** Caso o cão ou gato apreendido nunca tenha sido registrado, o tutor deverá proceder ao registro do animal no próprio departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses, no ato do resgate.

**Art. 26.** Para o resgate de qualquer animal do departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses é necessária também a apresentação de carteira ou comprovante de vacinação.

**Parágrafo único.** Não existindo carteira ou comprovante de vacinação atualizado, o animal somente será liberado após vacinação.

**Art. 27.** Para o resgate de qualquer animal serão cobradas do tutor as taxas respectivas, estipuladas pela Prefeitura Municipal de Iturama/MG referentes aos custos destinados ao abrigo e alimentação deste animal, bem como medicamentos e insumos que possam ser necessários para o tratamento do animal apreendido que esteja ferido, ou encontre-se doente ou parasitado colocando em risco a saúde de outros animais ou pessoas.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS MEDIDAS PREVENTIVAS E DA VACINAÇÃO**

**Art. 28.** A vacinação antirrábica rotineira das populações animais urbanas do Município de Iturama/MG é obrigatória e compete ao Poder Público a sua viabilização.

**Art. 29.** A vacinação antirrábica de cães e gatos é anual, sendo obrigatória a revacinação a qualquer tempo, sempre que a situação clínica ou epidemiológica o indicar.

**Art. 30.** Será fornecido aos proprietários de animais, quando das campanhas públicas, comprovante atestando a vacinação ou revacinação.

**Art. 31.** Compete ainda ao Poder Público Municipal a realização anual de Campanha de Vacinação Antirrábica animal para cães e gatos e atividades de controle zoonitário e epidemiológico, com vistas à proteção da saúde coletiva.

## **CAPÍTULO VI DAS CONDUTAS VEDADAS**

**Art. 32.** As disposições contidas neste capítulo não eximem os interessados do cumprimento das demais disposições pertinentes contidas na legislação federal, no que se refere à fauna brasileira, ficando proibido a criação, alojamento e manutenção de animais silvestres em cativeiro no Município de Iturama/MG, salvo as exceções estabelecidas em lei.

**Art. 33** É expressamente proibida:

I - a utilização ou exposição de animais vivos em vitrines ou para qualquer fim comercial ou publicitário, nas vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público, exceto os casos autorizados pelo departamento competente, mediante prévia vistoria técnica e respectiva concessão de licença e funcionamento, estando vedada a sua realização caso as condições do local não atendam à legislação em vigor.

II - a exibição de toda e qualquer espécie de animal bravo ou selvagem, mesmo que domesticado, em vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público, exceto os casos autorizados pelo departamento competente;

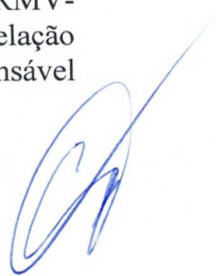
III - a entrada de animais, mesmo acompanhados de seus proprietários, com guia e coleira, em estabelecimentos públicos e de comercialização de gêneros alimentícios, exceto os cães guia;

IV - a criação, alojamento e manutenção de suínos, ruminantes domésticos e equídeos na zona urbana, em conformidade com o disposto na legislação municipal pertinente, exceto os casos de manutenção de equídeos para trabalho ou lazer.

V - a apresentação ou utilização de animais em espetáculos circenses;

VI - a promoção de rinhas de animais.

**Art. 34.** As lojas que comercializem animais vivos precisam ser registradas no Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG, possuir CNPJ e contrato social, alvará de licença de funcionamento; relação contratual entre a empresa e seu responsável técnico e habilitação legal do responsável técnico expedida pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária.





**Parágrafo único.** Para os efeitos de que trata este artigo, as entidades protetoras de animais, legalmente constituídas, poderão solicitar acompanhamento conjunto com autoridade sanitária para apurar eventuais maus-tratos aos animais.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE LOCAIS DE ABRIGO DE ESPÉCIES ANIMAIS**

**Art. 35.** Os canis residenciais ou destinados à criação, pensão e adestramento, obedecerão às normas construtivas dispostas na legislação vigente e/ou normas técnicas, os quais devem propiciar bem-estar animal.

**Art. 36.** Os criatórios de animais deverão ser mantidos dentro dos mais altos padrões de higiene e limpeza, evitando-se desta maneira a proliferação de insetos nocivos, odores desagradáveis e ruídos incômodos.

**Parágrafo Único.** Como medida preventiva à propagação de doenças, transmissão de verminoses e mesmo às zoonoses, fica o proprietário obrigado a realizar tratamento de vacinação, a fornecer alimentação de boa qualidade e a proceder a exames médicos periódicos nos animais.

**Art. 37.** Os canis destinados à criação, pensão e adestramento de animais somente poderão funcionar após vistoria técnica prévia, sendo que os documentos necessários para concessão de licença para funcionamento são: registrado do estabelecimento no Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais CRMV-MG, CNPJ e contrato social, relação contratual entre a empresa e seu responsável técnico e habilitação legal do responsável técnico expedida pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária.

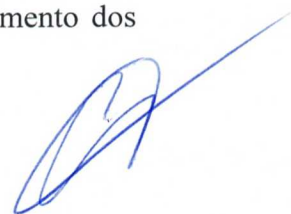
## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS MEDIDAS DE APOIO DO PODER PÚBLICO**

**Art. 38.** O Poder Público Municipal poderá fornecer às associações protetoras de animais com sede no Município e comprovadamente de utilidade pública, apoio técnico, logístico e material, e/ou recursos financeiros.

**Parágrafo único.** O repasse de recursos financeiros às associações, no interesse e a critério exclusivo do Poder Público, será formalizado através de termo de parceria e destinado à compra de medicamentos, alimentos, demais materiais necessários, contratação de pessoal técnico e administrativo, ficando a beneficiária responsável pela prestação de contas, conforme prazos estabelecidos no termo de parceria.

**Art. 39.** Entende-se como apoio do Poder Público o fornecimento dos seguintes bens materiais e pessoais:



- I - alimentos para animais;
- II - medicamentos;
- III - água tratada;
- IV - pessoal administrativo;
- V - pessoal técnico;
- VI - permissão de uso, a título gratuito, de áreas públicas para fins de instalações que se fizerem necessárias;
- VII - elaboração de projetos e programas de ação;
- VIII – outros materiais, bens ou serviços necessários ao cumprimento da finalidade desta Lei.

## **CAPÍTULO IX DAS SANÇÕES**

**Art. 40.** À Secretaria Municipal de Saúde e ao departamento municipal responsável pelo zoonoses, cumprem a execução do disposto nesta lei e seus regulamentos, nos lugares onde convenha a ação que lhes é atribuída.

**Art. 41.** Para efeito de repressão às infrações mencionadas nesta lei será aplicado, no que couber, o Código Sanitário do Estado de Minas Gerais (Lei Estadual nº 13.317, de 24 de setembro de 1999).

**Art. 42.** Constitui infração, para os efeitos deste Estatuto, toda ação ou omissão que importe a inobservância de preceitos estabelecidos ou na desobediência às determinações de caráter normativo dos departamentos das autoridades administrativas competentes.

**Art. 43.** As infrações às disposições deste Estatuto serão aplicadas a critério da autoridade responsável, levando-se em conta na autuação:

- I - gravidade do dano, efetivo ou potencial;
- II - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- III - os antecedentes do infrator;
- IV - a capacidade econômica do infrator.

**Parágrafo único.** Responderá pela infração quem por qualquer modo a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

**Art. 44.** As infrações às disposições deste Estatuto serão punidas com as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), atualizável monetariamente pelo IPCA - índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indexador que vier a substituí-lo ou modificá-lo por força de lei;





III - nos casos de reincidência, caracterizados pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, a multa corresponderá ao dobro do valor da imposta nos termos do inciso II, cumulativamente;

IV - interdição temporária da atividade, por até 30 (trinta) dias;

V - cassação do alvará de licença e funcionamento da atividade e interdição definitiva da atividade.

**Art. 45.** Verificada a infração serão, ainda, apreendidos os produtos e instrumentos nela utilizados, lavrando-se a ocorrência no respectivo auto de infração e imposição de multa.

**Art. 46.** As empresas que cometerem quaisquer das infrações previstas nesta lei, ficarão inabilitadas a celebrar contratos de qualquer espécie com o Poder Público Municipal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

**Art. 47.** O infrator tomará ciência das decisões das autoridades sanitárias:

I - pessoalmente, ou por seu procurador, à vista do processo;

II - mediante notificação, que poderá ser feita por carta registrada ou através do órgão responsável pela publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal, considerando-se efetivada 5 (cinco) dias após sua publicação.

**Art. 48.** Sem prejuízo das penalidades previstas nesta lei, o proprietário do animal apreendido ficará sujeito ao pagamento de despesas de transporte, de alimentação, assistência veterinária e outras, conforme tabela abaixo, atualizável monetariamente pelo IPCA - índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indexador que vier a substituí-lo ou modificá-lo por força de lei:

I - despesas de transporte:

- a) caninos, felinos e caprinos: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais);
- b) equinos e muares: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);
- c) vacuns: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais);

II - despesas de alimentação:

- a) caninos, felinos e caprinos: R\$ 5,00 (cinco reais) por dia;
- b) equinos muares e vacuns: R\$ 15,00 (quinze reais) por dia;

III - despesas com assistências veterinárias: R\$ 15,00 (quinze reais) por dia, para quaisquer das espécies.

**Art. 49.** A autoridade ou servidor que deixar de cumprir as obrigações de que trata a presente lei complementar ou agir para impedir, dificultar ou retardar o seu cumprimento, incorrerá nas mesmas responsabilidades do infrator, sem prejuízo das demais penalidades administrativas e penais cabíveis.

## CAPÍTULO X

### DA CAMPANHA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS

Prefeitura Municipal de Iturama – Av. Alexandrita, 1314 – Jardim Eldorado  
Telefone (34) 3411 9500 – CEP 38.280-000 – CNPJ 18.457.242/0001-74  
ITURAMA – MINAS GERAIS



**Art. 50.** O Poder Executivo instituirá no Município de Iturama a Campanha de Controle Populacional de Cães e Gatos, a ser realizada anualmente.

§ 1º A Campanha referida no caput deste artigo será feita em conjunto com as clínicas, hospitais e consultórios veterinários instalados no Município de Iturama, devidamente cadastrados no departamento municipal responsável pela proteção animal, que realizarão, no período abrangido por ela, castrações de caninos e felinos domésticos, machos e fêmeas.

§ 2º A Campanha instituída por esta lei tem como objetivo a castração gratuita de animais pertencentes a pessoas de baixa renda, ficando a Prefeitura Municipal de Iturama autorizada a definir os critérios para definição e formas de comprovação de pessoas de baixa renda, por meio de regulamento.

§ 3º Independentemente do período abrangido pela Campanha, as clínicas, hospitais e consultórios veterinários cadastrados poderão, por livre arbítrio, executar os serviços de castração, nos moldes ora estabelecidos, durante todos os meses do ano.

**Art. 51.** O cadastramento que se refere esta lei será efetuado até 30 (trinta) dias antes da data de início da Campanha.

§ 1º É facultativa a participação das clínicas, hospitais e consultórios veterinários na Campanha.

§ 2º A Secretaria Municipal de Saúde deverá fazer gestões junto às entidades representativas dos médicos veterinários e ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, visando o engajamento dos profissionais para o sucesso da Campanha.

**Art. 52.** A Secretaria Municipal de Saúde poderá fazer gestões junto à iniciativa privada, fundações, autarquias, órgãos públicos e entidades ambientalistas, visando a realização de convênios que possibilitem o custeio das despesas de material e remédios necessários para as castrações.

**Parágrafo único.** As clínicas, hospitais ou consultórios veterinários que participarem da Campanha poderão realizar propaganda durante a mesma

**Art. 53.** Encerrado o prazo anual para cadastramento das clínicas, hospitais e consultórios veterinários, a Secretaria Municipal de Saúde providenciará listagens para serem divulgadas e distribuídas à população, indicando, por região, os estabelecimentos onde a castração será processada.

**Art. 54.** A Administração Municipal deverá, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, do departamento municipal responsável pelo controle de zoonoses e de seus órgãos competentes, divulgar amplamente a Campanha e o conteúdo do material junto aos meios de comunicação para conhecimento da população.



**Art. 55.** A Campanha destina-se exclusivamente à castração de cães e gatos, machos e fêmeas, ficando excluídos dela outros procedimentos veterinários.

**Art. 56.** A Secretaria Municipal de Saúde deverá firmar convênios com a iniciativa privada, fundações, autarquias, órgãos públicos e entidades ambientalistas, visando:

I - a organização e/Ou patrocínio da Campanha de Controle Populacional dos Cães e Gatos, buscando o máximo barateamento ou gratuidade dos preços das castrações;

II - a impressão e divulgação das listagens de clínicas, hospitais e consultórios veterinários cadastrados;

III - a divulgação dos chamamentos das clínicas, hospitais e consultórios veterinários para cadastramento da Campanha;

IV - a criação e/ou confecção de material educativo sobre propriedade responsável de cães e gatos.

**Art. 57.** Fora do período da Campanha o departamento municipal de zoonoses poderá realizar castração de cães e gatos que estejam sob sua responsabilidade.

**Art. 58.** Fica autorizado o Poder Executivo, a abrir crédito especial no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) para a realização do programa criado por esta Lei, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com o disposto na presente Lei, na presente forma:

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
Sub-Unidade.....: 02 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
Função.....: 10 – SAÚDE  
Subfunção.....: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
Programa.....: 0055 – NÚCLEO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
Atividade.....: 2.0462 – MANUTENÇÃO MANEJO ÉTICO POPULACIONAL ANIMAL  
Categoria Econômica.....: 3.0.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
Grupo de Natureza.....: 3.1.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Mod. de Aplicação.....: 3.1.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento da Despesa.....: 3.1.90.04.00 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
Fonte de Recursos.....: 01 0500 0000 0002 - FMS MINIMO 15%  
Valor.....: R\$ 1.000,00

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
Sub-Unidade.....: 02 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
Função.....: 10 – SAÚDE



Subfunção.....: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
Programa.....: 0055 – NÚCLEO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
Atividade.....: 2.0462 – MANUTENÇÃO MANEJO ÉTICO POPULACIONAL ANIMAL  
Categoria Econômica.....: 3.0.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
Grupo de Natureza.....: 3.1.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Mod. de Aplicação.....: 3.1.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento da Despesa.....: 3.1.90.11.00 – VENCIMENTO E VANT. FIXAS – PESSOAL CIVIL  
Fonte de Recursos.....: 01 0500 0000 0002 - FMS MINIMO 15%  
Valor.....: R\$ 1.000,00

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
Sub-Unidade.....: 02 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
Função.....: 10 – SAÚDE  
Subfunção.....: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
Programa.....: 0055 – NÚCLEO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
Atividade.....: 2.0462 – MANUTENÇÃO MANEJO ÉTICO POPULACIONAL ANIMAL  
Categoria Econômica.....: 3.0.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
Grupo de Natureza.....: 3.1.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Mod. de Aplicação.....: 3.1.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento da Despesa.....: 3.1.90.13.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS  
Fonte de Recursos.....: 01 0500 0000 0002 - FMS MINIMO 15%  
Valor.....: R\$ 500,00

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
Sub-Unidade.....: 02 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
Função.....: 10 – SAÚDE  
Subfunção.....: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
Programa.....: 0055 – NÚCLEO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
Atividade.....: 2.0462 – MANUTENÇÃO MANEJO ÉTICO POPULACIONAL ANIMAL  
Categoria Econômica.....: 3.0.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
Grupo de Natureza.....: 3.3.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Mod. de Aplicação.....: 3.3.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento da Despesa.....: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
Fonte de Recursos.....: 01 0500 0000 0002 - FMS MINIMO 15%  
Valor.....: R\$ 1.000,00

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
Sub-Unidade.....: 02 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
Função.....: 10 – SAÚDE  
Subfunção.....: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
Programa.....: 0055 – NÚCLEO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
Atividade.....: 2.0462 – MANUTENÇÃO MANEJO ÉTICO POPULACIONAL ANIMAL  
Categoria Econômica.....: 3.0.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES





Grupo de Natureza.....: 3.3.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Mod. de Aplicação.....: 3.3.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento da Despesa.....: 3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA  
Fonte de Recursos.....: 01 0500 0000 0002 - FMS MINIMO 15%  
Valor.....: R\$ 2.000,00

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
Sub-Unidade.....: 02 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
Função.....: 10 – SAÚDE  
Subfunção.....: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
Programa.....: 0055 – NÚCLEO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
Atividade.....: 2.0462 – MANUTENÇÃO MANEJO ÉTICO POPULACIONAL ANIMAL  
Categoria Econômica.....: 3.0.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
Grupo de Natureza.....: 3.3.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Mod. de Aplicação.....: 3.3.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento da Despesa.....: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA  
Fonte de Recursos.....: 01 0500 0000 0002 - FMS MINIMO 15%  
Valor.....: R\$ 2.000,00

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
Sub-Unidade.....: 02 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
Função.....: 10 – SAÚDE  
Subfunção.....: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
Programa.....: 0055 – NÚCLEO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
Atividade.....: 2.0462 – MANUTENÇÃO MANEJO ÉTICO POPULACIONAL ANIMAL  
Categoria Econômica.....: 3.0.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
Grupo de Natureza.....: 3.3.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Mod. de Aplicação.....: 3.3.50.00.00 – TRANSF.A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS  
Elemento da Despesa.....: 3.3.50.41.00 – CONTRIBUIÇÕES  
Fonte de Recursos.....: 01 0500 0000 0002 - FMS MINIMO 15%  
Valor.....: R\$ 2.000,00

**Art. 59.** Fica autorizado o Poder Executivo, proceder a anulação de créditos no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) para a realização do programa criado por esta Lei, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com o disposto na presente Lei, na presente forma:

Órgão.....: 02 – PODER EXECUTIVO  
Unidade.....: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
Sub-Unidade.....: 02 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
Função.....: 10 – SAÚDE  
Subfunção.....: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa.....: 0051 – NUCLEO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DA SAUDE  
Atividade.....: 2.0151 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS  
Categoria Econômica.....: 3.0.00.00.00 – DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza.....: 3.3.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Mod. de Aplicação.....: 3.3.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento da Despesa.....: 3.3.30.40.00 – SERVIÇOS DE TECNOL. DA INFORMAÇÃO E COMUNIC. - PESSOAL  
Fonte de Recursos.....: 01 0500 0000 0002 - FMS MINIMO 15%  
Valor.....: R\$ 9.500,00

**Art. 60.** Caso as novas dotações orçamentárias sejam insuficientes para cobrir as despesas, fica autorizado ao poder executivo a realização das suplementações que se fizerem necessárias.

**Art. 61.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e estão revogadas as disposições em contrário.

Iturama/MG, 21 de novembro de 2.023.



**CLAUDIO TOMAZ DE FREITAS**  
*Prefeito do Município de Iturama/MG.*